



# Câmara Municipal de Porto Alegre

PROC. Nº 0117/14  
PLL Nº 004/14

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER Nº 106 /14 – CCJ

**Denomina Praça Edemilson Claudinei Pereira da Silva o logradouro público cadastrado conhecido como Praça 7198, localizado no Bairro Restinga.**

Vem a esta Comissão, para parecer, nos termos do art. 56, inc. IX, e do art. 58, inc. VI do § 2º e § 3º, da Lei Orgânica do Município de Porto Alegre – LOMPA –, o Projeto em epígrafe, de autoria do vereador Dr. Thiago.

A Procuradoria desta Casa, fl. 8, aponta não haver óbice de natureza jurídica à tramitação da matéria.

É o relatório.

Inicialmente, cumpre frisar que o Projeto apresentado deve ser examinado pela CCJ, por força do artigo 36, inciso I, alínea *a*, do Regimento da Câmara Municipal de Porto Alegre.

A presente proposição encontra guarida, sob seu aspecto formal, no artigo 101, do Regimento desta Casa e na Lei Complementar nº 95/1998 e suas respectivas alterações.

*In casu*, o Projeto encontra guarida no artigo 30, incisos I e VIII, da Constituição Federal de 1988<sup>1</sup>, bem como nos artigos 8º, inciso X, XI e 9º, inciso II, ambos da LOMPA<sup>2</sup>.

---

<sup>1</sup> Constituição Federal:

Art. 30. Compete aos Municípios:

I - legislar sobre assuntos de interesse local; (...VIII - promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano;

<sup>2</sup> Lei Orgânica Municipal:

Art. 8º – Ao Município compete, privativamente: (...) X – promover adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano; XI – estabelecer normas de edificação, de loteamento, de arruamento e de zoneamento urbano, bem como as limitações urbanísticas convenientes à organização de seu território;

Art. 9º – Compete ao Município, no exercício de sua autonomia: (...) II – prover a tudo quanto concerne ao interesse local, tendo como objetivo o pleno desenvolvimento de suas funções sociais, promovendo o bem-estar de seus habitantes;



PARECER Nº <sup>106</sup> /14 – CCJ

Cabe registrar que além dos dispositivos supracitados, a Proposição também encontra supedâneo no art. 56, inciso IX, da LOMPA, *verbis*:

Art. 56 – Os assuntos de competência do Município sobre os quais cabe à Câmara Municipal dispor, com a sanção do Prefeito, são, especialmente:

IX – denominação de próprios municipais, vias, logradouros e equipamentos públicos, observado o disposto no inc. VI do § 2º e no § 3º do art. 58 desta Lei Orgânica.

Diante do acima esposado, examinados os aspectos constitucionais, legais e regimentais, manifesto parecer pela **inexistência de óbice** de natureza jurídica para a tramitação do Projeto.

Sala de Reuniões, 3 de abril de 2014.

  
**Vereador Waldir Canal,**  
**Relator.**

**Aprovado pela Comissão em 3-4-14**

  
Vereador Reginaldo Pujol – Presidente

  
Vereador Marcelo Sgarbossa

Vereador Nereu D'Avila – Vice-Presidente

  
Vereador Márcio Bins Ely

Vereador Elizandro Sabino

Vereador Valter Nagelstein